

AO EXPEDIENTE DO DIA  
06 de junho de 2007  
PRESIDENTE



Estado da Paraíba  
Assembléia Legislativa  
Casa de Eptácio Pessoa



PROJETO DE LEI Nº 175/2007

Declara de Utilidade Pública Estadual a  
Associação dos Filhos e Amigos de  
Alhandra - AFAAL - e dá outras  
providências.

A Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba decreta:

Art. 1º. Fica reconhecida de utilidade pública estadual a Associação dos Filhos e Amigos de Alhandra/PB - AFAAL.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de maio de 2007.

**Rodrigo Soares**  
Deputado Estadual - PT

## JUSTIFICATIVA

A Associação dos Filhos e Amigos de Alhandra - AFAAL, entidade sem fins lucrativos, instituída na Cidade de Alhandra, no Estado da Paraíba, desenvolve atividades culturais, promoção da assistência social, da educação e em defesa da conservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável voltadas para a população de Alhandra. Não resta dúvida que o reconhecimento ora proposto é apenas a outorga oficial de título já há muito concedido pela sociedade paraibana ao trabalho desenvolvido pela Associação dos Filhos e Amigos de Alhandra – AFAAL.

Sala das Sessões, 22 de maio de 2007.



**Rodrigo Soares**  
Deputado Estadual – PT/PB



P. de boe n.º  
176/07



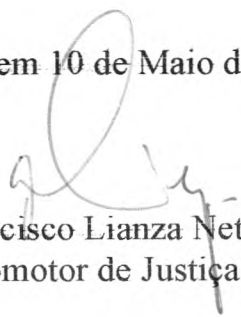
**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROMOTORIA DA COMARCA DE ALHANDRA**

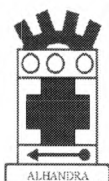


## **DECLARAÇÃO**

Declaro, a pedido devidamente protocolado nesta Promotoria de Justiça, que a ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE ALHANDRA – AFAAL, é entidade sediada à Rua Ministro João Agripino, nº 156, Centro, neste Município de Alhandra/PB, se encontrando em plena atividade, estando atualmente sob a presidência do Sr. EDIELSON NUNES DOS SANTOS, conforme documentação acostada ao pedido.

Alhandra, em 10 de Maio de 2007.

  
Francisco Lianza Neto  
Promotor de Justiça



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA**



*DECLARAÇÃO*

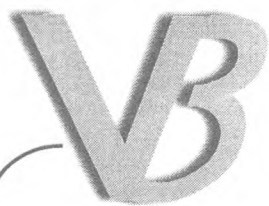
*DECLARO, para os devidos fins que ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE ALHANDRA (AFAAL), situada a Rua Ministro João Agripino, 156 nesta cidade de Alhandra-PB, é entidade existente e em pleno funcionamento.*

*Alhandra, 10 de maio de 2007.*

**JOSÉ LENILDO BEZERRA DA SILVA**  
*Presidente da Câmara*

  
*José Lenildo B. Silva*  
Presidente





**Velton Braga**

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

*Francisco Velton Braga*  
Tabelião Titular

*Victor Hugo F. Braga*  
Substituto

*Maria do Socorro F. Braga*  
Substituta

## DECLARAÇÃO



**Declaro, para os devidos fins que ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE ALHANDRA (AFAAL), situado na rua Ministro João Agripino, nº 156, neste Cidade de Alhandra-PB, é entidade existente e em pleno funcionamento.**

**Alhandra, 10 de maio de 2.007.**



**VICTOR HUGO FERREIRA BRAGA**  
**TABELIÃO**

# **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE ALHANDRA - AFAAL**

## **Capítulo I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

Art. 1º. A Associação dos filhos e amigos de Alhandra, também designada pela sigla, AFAAL, constituída em 01 de outubro de 2005, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede no município de Alhandra, estado da Paraíba e foro em Alhandra/PB.

Art. 2º. A AFAAL tem por finalidade:

- I- promoção da assistência social;
- II- promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III- promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- V- promoção do voluntariado;
- VI- promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- VII- promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de Interesse suplementar;
- VIII- promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

Parágrafo Único – A Associação dos filhos e amigos de Alhandra – AFAAL não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 3º. No desenvolvimento de suas atividades, a Associação dos filhos e amigos de Alhandra – AFAAL observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Parágrafo Único – A Associação dos filhos e amigos de Alhandra – AFAAL se dedica às suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins).



Art. 4º. A Associação dos filhos e amigos de Alhandra – AFAAL terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 5º A fim de cumprir sua(s) finalidade(s), a Instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias.

## Capítulo II – DOS SÓCIOS

Art. 6º. A Associação dos filhos e amigos de Alhandra – AFAAL é constituída por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias:

- I- Contribuintes: são os Filhos e Amigos de Alhandra que se inscreverem no quadro social e tenham os seus nomes aprovados pela diretoria e se disponham a cumprir os Estatutos da Associação;
- II- Beneméritos: são os que, havendo feito doação valiosa ou prestados serviços relevantes à associação, tenham seus nomes aprovados pela assembléia geral.

Art. 7º. São direitos dos sócios contribuintes e beneméritos quites com suas obrigações sociais:

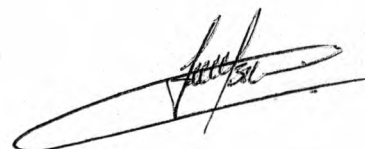
- I- votar e ser votado nas eleições para preenchimento de cargos na diretoria;
- II- desfrutar os benefícios os benefícios assegurados pela Associação, sujeitando-se aos seus regulamentos;
- III- sugerir à diretoria ou às assembléias gerais tudo quanto julgar conveniente aos interesses da comunidade;
- IV- tomar parte em todas as atividades associativas.

§1º Para gozo dos direitos assegurados neste artigo é necessário que os Sócios estejam quites com as mensalidades;

§2º Só poderá se candidatar e ser eleito Presidente e vice-presidente da Associação, filho (a) de Alhandra que comprove no mínimo 1 (um) ano de filiação a Associação.

Art. 8º. São deveres dos sócios:

- I- respeitar e fazer respeitar estes Estatutos, regimento interno e regulamentos porventura existentes;
- II- pagar dentro do prazo determinado as contribuições a que se tenham obrigado;
- III- comparecer assiduamente as reuniões, assembléias e demais atividades da Sociedade;
- IV- promover e praticar a solidariedade entre os Sócios;



- V- aceitar os cargos sociais para os quais forem eleitos ou nomeados salvo motivo de força maior;
- VI- zelar pelo patrimônio material, moral e intelectual da entidade;
- VII- acatar as decisões tomadas nas instâncias deliberativas.

**Parágrafo Único** – Os Associados serão punidos, nos termos do Regimento Interno e Estatutário, sempre assegurado o contraditório e o direito de defesa.

**Art.9º.** Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

### **Capítulo III – DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 10** A Associação dos filhos e amigos de Alhandra – AFAAL será administrada por:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria;
- III- Conselho Fiscal.

**Parágrafo Único:** A Instituição não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como as atividades de seus sócios, cujas atuações são inteiramente gratuitas.

**Art. 11.** A Assembléia Geral, órgão soberano da Instituição, se constituirá dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

**Art. 12.** Compete à Assembléia Geral:

- I – eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II – decidir sobre reformas do Estatuto, na forma do art. 33;
- III – decidir sobre a extinção da Instituição, nos termos do artigo 32;
- IV – decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V – aprovar o Regimento Interno;

**Art. 13.** A Assembléia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I – aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria
- II – apreciar o relatório anual da Diretoria;
- III- discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;





Art. 14. A Assembléia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

- I – pela Diretoria;
- II – pelo Conselho Fiscal;
- III – por requerimento de mais da metade dos sócios quites com as obrigações sociais.

Art. 15. A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição e/ou publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único – Qualquer Assembléia se instalará em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda convocação, com qualquer número.

Art. 16. A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 17 A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice- Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros.

Parágrafo Único – O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva.

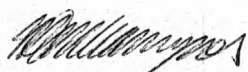
Art. 18 Compete à Diretoria:

- I – elaborar e submeter à Assembléia Geral a proposta de programação anual da Instituição;
- II – executar a programação anual de atividades da Instituição;
- III – elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;
- IV- reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V- contratar e demitir funcionários;

Art. 19. A Diretoria se reunirá no mínimo uma vez por mês.

Art. 20. Compete ao Presidente:

- I – representar a Associação dos filhos e amigos de Alhandra – AFAAL judicial e extra- judicialmente;
- II- cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III- presidir a Assembléia Geral;
- IV- convocar e presidir as reuniões da Diretoria;





Art. 21. Compete ao Vice- Presidente:

- I - substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II- assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III- prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente;

Art. 22. Compete ao Primeiro Secretário:

- I – secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral e redigir as atas;
- II – publicar todas as notícias das atividades da entidade;

Art. 23. Compete ao Segundo Secretário:

- I – substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II- assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário.

Art. 24. Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I – arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;
- II- pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III- apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV- apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- V- conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VI- manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;

Art. 25. Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I – substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- II- assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III- prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Art. 26. O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

§ 1º O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

§ 2º Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Art. 27. Compete ao Conselho Fiscal:

- I – examinar os livros de escrituração da Instituição;
- II- opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- III – requisitar ao Primeiro Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- IV - acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V – convocar extraordinariamente a Assembléia Geral.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

#### Capítulo IV – DOS RECURSOS

Art. 28. Os recursos financeiros necessários à manutenção da Associação dos filhos e amigos de Alhandra – AFAAL poderão ser obtidos por:

- I – Termos de parceria, convênios e contratos firmados com o poder público para financiamento de projetos na área de atuação;
- II – Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;
- III – Doações, legados e heranças;
- IV – Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- V – Contribuição dos associados;
- VI – Recebimento de direitos autorais, etc.

#### Capítulo V – DO PATRIMÔNIO

Art. 29. O patrimônio da Associação dos filhos e amigos de Alhandra – AFAAL será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.







Art. 30. No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 31. Na hipótese da Instituição obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

## Capítulo VI – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 32. A prestação de contas da Instituição observará no mínimo:

I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;


IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

## Capítulo VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. A Associação dos filhos e amigos de Alhandra – AFAAL será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

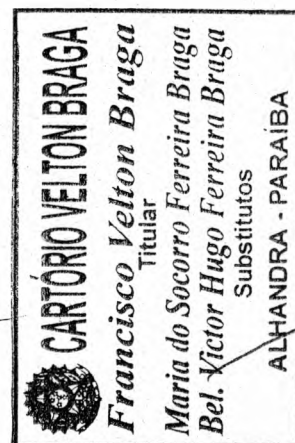
Art. 34. O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos sócios, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 35. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

  
Marcus Túlio Campos  
Advogado  
OAB - PB 12.246

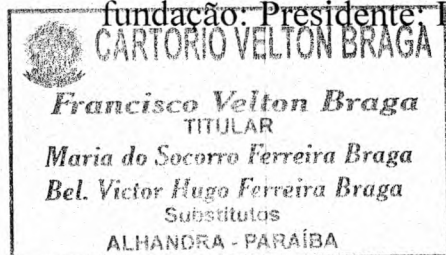
VELTON BRAGA - Serviço Registral de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Protocolado às fls. 60 do livros A-1 nº 1563  
às fls. 3512 do livros A-2 nº 5 Sob nº 789  
OBS Registro referenciado  
Estatuto  
Alhandra(PB) 08 de Agosto de 2006.

Francisco Velton Braga - Titular  
Victor Hugo F. Braga/Maria do Socorro F. Braga - Substitutos





Ata de fundação da Associação dos Filhos e Amigos de Alhandra ( AFAAL ). Ao primeiro de outubro do ano de dois mil e cinco, na cidade de Alhandra no prédio da Câmara Municipal reuniu – se um grupo de pessoas a convite do Sr. Edielson Nunes com o objetivo de fundar uma Associação com abrangência em todo o município que possa entre outras lutar para resgatar a cultura do município, os bons costumes, os valores culturais também lutar para o desenvolvimento do social, da cidadania o bom relacionamento entre as pessoas físicas e jurídicas, entre as entidades, entre as classes sociais, entre os poderes municipais, estaduais e federais acompanhar a aplicação dos recursos públicos gerenciados pelos gestores e etc. Com a presença dos Srs. Adalberto Fulgêncio dos Santos; Lídio Ferreira da Silva; José Manuel da Silva; Edielson Nunes dos Santos; Paulo José Teixeira; Alberto Francisco de Oliveira; Ivanildo Carneiro de Souza; Leondes Alves da Silva; Hilton Paulino de Souza Junior; Paulo Roberto dos Santos de Souza; e das Sras. Ida Maria dos Santos e Joelma Nunes de Araújo, iniciada a reunião, Adalberto Fulgêncio como um dos fundadores do município de Alhandra falou um pouco das dificuldades enfrentadas para tornar a vila de Alhandra, no município de Alhandra, usou da palavra o Senhor Lídio Ferreira demonstrando preocupação quanto a elaboração do estatuto e o destino desta associação, porém, destacando de grande importância o passo dado no tocante este objetivo, entre outros assuntos, foi discutido a forma do mandato da diretoria da fundação da Associação, o que será regulamentado com a aprovação do estatuto, em seguida, o Sr. Edielson Nunes relator que na sua infância a cultura, o folclore eram vivos em Alhandra, tendo como grande incentivador da cultura em Alhandra o Sr. José Henrique da Silva ( Zé Henrique ), foi ainda discutido sobre a condição para manutenção da Associação, ficando aprovado que inicialmente será pago pelos Associados a quantia de R\$ 3,00 ( três reais ) por mês, ou seja, a mensalidade em seguida o Sr. Adalberto Fulgêncio usou da palavra e indicou para Presidente o nome do Sr. Edielson Nunes dos Santos para ser submetido a votação, na ocasião foi aceito e aprovado por unanimidade, em seguida o Senhor Edielson Nunes indicou o nome do Sr. Adalberto Fulgêncio dos Santos para Presidente do Conselho Fiscal, juntamente com os membros: José Manuel da Silva e Alberto Francisco de Oliveira os quais foram posto em votação e aprovados por unanimidade, para complemento da diretoria de fundação foram indicados os nomes dos Srs.(as) sendo: para vice – Presidente o Sr. Lídio Ferreira da Silva; 1º secretário Ida Maria dos Santos; 2º secretário Leondes Alves da Silva; 1º tesoureiro Ivanildo Carneiro de Souza; 2º tesoureiro Paulo José Teixeira; diretor social Hilton Paulino de Souza Junior; membros Paulo Roberto Santos de Souza e Joelma Nunes de Araújo, foram submetidos a votação e aprovados por unanimidade, ficando assim a composição da diretoria de fundação: Presidente: Edielson Nunes dos Santos; Vice – Presidente: Lídio



Ferreira da Silva, 1ª secretária: Ida Maria dos Santos; 2º secretário: Leondes Alves da Silva, 1º tesoureiro: Ivanildo Carneiro de Souza; 2º tesoureiro: Paulo José Teixeira, Presidente do Conselho Fiscal: Adalberto Fulgêncio dos Santos; membro do Conselho Fiscal: José Manuel da Silva; membro do Conselho Fiscal: Alberto Francisco de Oliveira; Diretor Social: Hilton Paulino de Souza Junior; membro da diretoria social: Paulo Roberto dos Santos de Souza e membro da diretoria social: Joelma Nunes de Araújo. Facultada a palavra o Presidente fez uso da mesma agradece a escolha e a aprovação do seu nome prometendo lutar junto com todos para desenvolver a Associação e atingir o objetivo da mesma, em seguida os demais membros agradeceram a aprovação dos nomes para a composição da diretoria, se comprometendo lutar para o desenvolvimento desta Associação., em seguida foi facultada a palavra, não havendo quem quisesse fazer uso da mesma, foi encerrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai por mim 1ª secretária assinada pelo Senhor Presidente e os demais membros da diretoria.

Ida Maria dos Santos

Edielson Nunes dos Santos

Ivanildo Carneiro de Souza

Paulo José Teixeira

Paulo Roberto dos Santos de Souza

Joelma Nunes de Araújo

Hilton Paulino de Souza Junior

Adalberto Fulgêncio dos Santos

Lídio Ferreira da Silva

José Manoel da Silva

Leondes Alves da Silva

Alberto Francisco de Oliveira



VELTON BRAGA - Serviço Registral de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Protocolado às fls. 54 do livro AL n.º 1391  
às fls. 282 do livro AL n.º 1391  
sob n.º 709 OBS. Registro n.º 1  
Alhandra (PB) 18 de Outubro de 2005  
Francisco Velton Braga - Titular  
Victor Hugo F. Braga/Maria do Socorro F. Braga - Substitutos





Ata de fundação da Associação dos Filhos e Amigos de Alhandra (AFANL). Ao primeiro de outubro do ano de dois mil e cinco, na cidade de Alhandra no prédio da Câmara Municipal reuniu-se um grupo de pessoas a convite do Sr. Edilson Nunes com o objetivo de fundar uma Associação com abrangência em todo o município que possa entre outras lutar para resgatar a cultura do município, os bons costumes, os valores culturais também lutar para o desenvolvimento do social, da cidadania, o bom relacionamento entre as pessoas físicas e jurídicas, entre as entidades, entre as classes sociais, entre os poderes municipais, estaduais e federais acompanhar a aplicação dos recursos públicos gerenciados pelos gestores e etc. Com a presença dos Srs. Alberto Fulgêncio dos Santos; Ipirio Ferreira da Silva; José Manuel da Silva; Edilson Nunes dos Santos; Paulo José Teixeira; Alberto Francisco de Oliveira; Manoel Carmineo de Souza; Leonides Alves da Silva; Hilton Paulino de Souza Júnior; Paulo Roberto dos Santos de Souza; e das Sras. Lila Maria dos Santos e Jaelma Nunes de Araújo, iniciada a reunião, Alberto Fulgêncio como um dos fundadores do município de Alhandra falou um pouco das dificuldades enfrentadas para tomar a vila de Alhandra para município de Alhandra, usou da palavra o Senhor Ipirio Ferreira da Silva tratando preocupação quanto a elaboração do estatuto e o destino desta associação, porém, destacando de grande importância o passo dado no tocante este objetivo, entre outros assuntos, foi discutido a forma do mandato da diretoria da fundação da Associação, o que será regulamentado com a aprovação do estatuto, em seguida, o Sr. Edilson Nunes relatou que na sua infância a cultura, o folclore eram vivos em Alhandra, tendo como grande incentivador da cultura em Alhandra o Sr. José Henrique da Silva (Zé Henrique), foi ainda discutido sobre a condição para

Adalberto Fulgêncio usou da palavra e indicou para Presidente o nome do Sr. Edilson Nunes dos Santos para ser submetido a votação, na ocasião foi aceito e aprovado por unanimidade, em seguida o Senhor Edilson Nunes indicou o nome do Sr. Adalberto Fulgêncio dos Santos para Presidente do Conselho Fiscal, juntamente com os membros: José Manuel da Silva e Alberto Francisco de Oliveira os quais foram posto em votação e aprovados por unanimidade, para complemento da diretoria de fundação foram indicados os nomes dos Srs(as) sendo: para vice-Presidente o Sr. Epitácio Ferreira da Silva; 1º secretário Ilda Maria dos Santos; 2º secretário Leonides Alves da Silva; 1º tesoureiro Waniildo Carneiro de Souza; 2º tesoureiro Paulo José Teixeira; diretor social Hilton Paulino de Souza Júnior; membros Paulo Roberto Santos de Souza e Joelma Nunes de Araújo foram submetidos a votação e aprovados por unanimidade, ficando assim a composição da diretoria de fundação: Presidente: Edilson Nunes dos Santos; vice-Presidente: Epitácio Ferreira da Silva; 1º secretário: Ilda Maria dos Santos; 2º secretário: Leonides Alves da Silva, 1º tesoureiro: Waniildo Carneiro de Souza; 2º tesoureiro: Paulo José Teixeira, Presidente do Conselho Fiscal: Adalberto Fulgêncio dos Santos; membro do Conselho Fiscal: José Manuel da Silva; membro do Conselho Fiscal: Alberto Francisco de Oliveira; Diretor Social: Hilton Paulino de Souza Júnior; membro da diretoria social: Paulo Roberto dos Santos de Souza e membro da diretoria social: Joelma Nunes de Araújo. Facultada a palavra o Presidente fez uso da mesma agradecer a escolha e a aprovação do seu nome prometendo lutar junto com todos para desenvolver a Associação e atingir o objetivo da mesma, em seguida os demais membros agradeceram a aprovação dos nomes para a composição da diretoria, se comprometeram lutar para o desenvolvimento desta Associação, em seguida foi facultada a palavra, não havendo quem quisesse fazer uso da mesma, foi encerrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada 1º secretário ominada pelo Senhor Presidente e os demais membros da diretoria.

Ilda Maria dos Santos.

Edilson Nunes dos Santos  
Waniildo Carneiro de Souza

VELTON BRAGA - Serviço Jurídico  
Av. João Pessoa, 62 - Centro - Abará - 55.000  
Telefax: (81) 256-1055





Paulo José Teixeira  
 Paulo Roberto dos Santos de Souza  
 Joelma Nunes de Araújo  
 Hilton Paulino de Souza Junior  
 Adalberto Dalgamir de Souza  
 José Manoel da Silva  
 Leopoldo Alves da Silva  
 Alberto Francisco de Oliveira

2



VELTON BRAGA - Serviço Registral de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Protocolado às fls. 54 do livro 111 n. 1391  
 às fls. 59 do livro 111 P. Jurídica  
 sob n. 709 OBS. Registro Especial  
 at. Ala. 18 de 2005  
 Alhandra (PB)  
 Francisco Velton Braga - Titular  
 Victor Hugo F. Braga/Maria do Socorro F. Braga - Substitutes

**CARTÓRIO VELTON BRAGA**  
 Francisco Velton Braga  
 TITULAR  
 Maria do Socorro Ferreira Braga  
 Bel. Victor Hugo Ferreira Braga  
 Substitutos  
 ALHANDRA - PARAÍBA

VELTON BRAGA - Serviço Registral e Registral  
 Av. João Pessoa, 82 - C. 1 - Alhandra - PB  
 Telefax: (83) 206-1015

26 OUT. 2006

AUTENTICO esta fotocópia representativa do original que  
 foi apresentado Dou. de 25/08/06

ABELIO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
07.672.163/0001-60

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
20/10/2005

NOME EMPRESARIAL  
ASSOCIACAO DOS FILHOS E AMIGOS DE ALHANDRA(AFAAL)

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
A F A A L

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
91.99-5-00 - Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO

LOGRADOURO  
RUA MINISTRO JOAO AGRIPIÑO

NÚMERO  
S/N

COMPLEMENTO  
TERREO

CEP  
58.320-000

BAIRRO/DISTRITO  
CENTRO

MUNICÍPIO  
ALHANDRA

UF  
PB

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
20/10/2005

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Lei nº 359/2006, de 10 de fevereiro de 2006.

Declara de Utilidade Pública  
Municipal a ASSOCIAÇÃO DOS  
FILHOS E AMIGOS DE ALHANDRA  
– AFAAL – e dá outras providências:

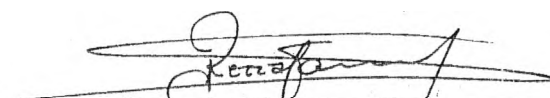
A Mesa da Câmara Municipal de Alhandra, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 46 da Lei Orgânica do Município de Alhandra, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal, aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública Municipal a “ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE ALHANDRA” – AFAAL.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de Alhandra, em 10 de fevereiro de 2006.

  
(Renato Mendes Pedrosa)  
(Prefeito)

Prefeitura Municipal de Alhandra, Rua João Pessoa, 66 – Centro – PB  
Telefone 3256-2288 – Fax 3256-2288

Renato  
88093708



Diário Oficial  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**  
Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975

Pag. \_\_\_\_\_



ANO ALHANDRA ESTADO DA PARAÍBA, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2006 Nº

ATO DO PODER EXECUTIVO

Lei nº 359/2006, de 10 de fevereiro de 2006.

Declara de Utilidade Publica Municipal a ASSOCIAÇÃO  
DOS FILHOS E AMIGOS DE ALHANDRA – AFAAL  
– e dá outras providencias.

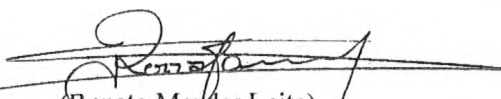
A Mesa da Câmara Municipal de Alhandra, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 46 da Lei Orgânica do Município de Alhandra, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal, aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Publica Municipal a  
“ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE ALHANDRA” – AFAAL.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do prefeito municipal de Alhandra, em 10 de fevereiro de  
2006.

  
(Renato Mendes Leite)  
(Prefeito)





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI/P-24





*Edilson Pereira dos Santos*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL**

Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Sobreloja  
70053-900 - Brasília/DF  
PABX: (61) 3425-7000  
E-mail: sti@mdic.gov.br

Brasília, 14 de novembro de 2006.

A(o) Senhor(a)

Assunto: **Telecentros de Informação e Negócios**

Prezado(a) Senhor(a),



1. É com satisfação que gostaríamos de relembrar a V. S<sup>a</sup>. do convite para a solenidade de apresentação da Rede de Telecentros de Informação e Negócios – Rede TIN, que ocorrerá no próximo dia **01.12.06, às 10h, no auditório da CEF (SBS – Quadra 04 – Lotes 3 e 4, Edifício Sede – Matriz - Brasília-DF)**. Esta solenidade nos permitirá apresentar ao Ministro Luiz Fernando Furlan e ao Ministro Patrus Ananias, um balanço das atividades e conquistas obtidas durante o ano de 2006 demonstrando o empenho do MDIC, juntamente com diversas entidades parceiras, na estruturação e operação da Rede TIN. Diferente de outros projetos de alfabetização e inclusão digital de caráter mais social ou educativo, o TIN é essencialmente um espaço para a realização de negócios e fortalecimento das atividades empresariais. O objetivo do TIN é aumentar a competitividade e a lucratividade causando a redução na taxa de mortalidade das ME e EPP. Esse resultado será obtido criando oportunidades semelhantes às ME e EPP para o acesso às informações, produtos, serviços e cursos de treinamento disponíveis na Internet e para a exploração comercial dos recursos e oportunidades oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação - TICs. Ou seja, a alfabetização e a inclusão digital constituem um meio, uma etapa do trabalho e não o seu fim, condicionando a própria metodologia de trabalho, os conteúdos do portal, e até mesmo os softwares e as informações a serem disponibilizadas aos usuários do TIN.

2. Esse conceito diferenciado de inclusão digital implica no treinamento e na capacitação de um grande número de gestores, além da própria instalação de telecentros diferenciados em termos de sua metodologia de trabalho e de seus conteúdos. Para tanto, estamos com as inscrições abertas para diversos cursos voltados aos gestores de telecentros que não só garantirão a excelência do trabalho do telecentro como também fornecerão importantes certificações profissionais aos gestores. Gostaríamos de enfatizar a importância da participação de sua instituição nos referidos cursos solicitando aos profissionais envolvidos com o telecentro e com ações de inclusão digital que entrem no Portal dos Telecentros ([www.telecentros.desenvolvimento.gov.br](http://www.telecentros.desenvolvimento.gov.br)) e façam a sua inscrição. Os cursos são gratuitos e vários deles feitos através da Internet com modernas tecnologias de ensino à distância. Garanta já o sucesso do seu telecentro e do seu projeto de inclusão digital capacitando os seus profissionais nesses cursos de qualidade e especialmente desenvolvidos para a Rede TIN.



3. Chamamos ainda a atenção para a necessidade do uso de nossas ferramentas de apoio à gestão e operação de telecentros. São elas:

- a) o Portal dos Telecentros ([www.telecentros.desenvolvimento.gov.br](http://www.telecentros.desenvolvimento.gov.br)) que traz conteúdos, anúncios de cursos, notícias e matérias de interesse da Rede TIN. Diversas informações de interesse dos microempresários e das empresas de pequeno porte estão disponíveis e podem ser facilmente consultados com o software da Árvore Hiperbólica;
- b) o Sistema de Gestão de Telecentros – SIGT (<http://sigt.pti.org.br>) que permite a gestão completa do seu telecentro com o cadastramento de usuários, o controle de cursos realizados, a verificação das despesas e receitas do telecentro, o cadastramento de produtos, serviços e recursos disponíveis no telecentro. É uma ferramenta completa, simples de usar e especialmente desenvolvida para a Rede TIN. Ela facilita a emissão de relatórios e a divulgação dos telecentros;
- c) a área restrita de uso exclusivo dos gestores formando a Comunidade Virtual dos Telecentros (<http://comunidades.desenvolvimento.gov.br>). A Comunidade Virtual oferece diversas ferramentas para a integração dos telecentros e a troca de experiências, propiciando um melhor atendimento do usuário dos telecentros e o sucesso do gestor no seu trabalho. Dentro da Comunidade Virtual os gestores podem discutir temas de seu interesse, opinar sobre temas propostos, trocar mensagens com os colegas, compartilhar arquivos e experiências, participar de fóruns de discussão e enquetes, enfim, interagir pela Internet com todos os gestores da Rede TIN.

4. **As informações adicionais sobre os cursos de capacitação e o Sistema de Gestão de Telecentros – SIGT, poderão ser obtidas com os Srs. Douglas, Paulo Baltazar e Rodrigo nos seguintes telefones – 61 – 3425-7586 e 3425-7897 e 3425-7896.**

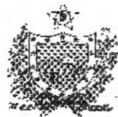
5. Certos que V.Sa. atenderá a mais esse chamado do MDIC e dará sua colaboração no importante movimento de Inclusão Digital, esperamos encontrá-lo e pessoalmente saudá-lo na solenidade de 1º de Dezembro. Contamos ainda com a participação de seus profissionais nos cursos e no uso das importantes ferramentas disponibilizadas para a Rede TIN. **Agradeço, portanto, confirmar a sua presença nos telefones: 61 – 3425-7901, 3425-7586, 3425-7581, 3425-7393 e 3425-7708.**

6. No aguardo de uma manifestação, antecipo meus agradecimentos.

Atenciosamente,

**JOSÉ RINCON FERREIRA**  
Diretor de Articulação Tecnológica

CAIXA ECONOMICA - CLOVIS - 32165297  
88579798



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

SECRETARIA LEGISLATIVA



**REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS  
SUJEITAS À Apreciação DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS**

Registro no Livro de Plenário  
As fls. 175 sob o nº 175/07  
Em 05/06/2007

P. Magalhães Maia  
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão  
Ordinária do dia 06/06/2007

P. Magalhães Maia  
Div. de Assessoria ao Plenário  
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência  
e Controle do Processo Legislativo  
Em, 06/06/2007.

P. Magalhães Maia  
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa  
No dia 06/06/2007

[Signature]  
Departamento de Assistência e Controle  
do Processo Legislativo

Publicado no Diário do Poder Legislativo  
no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2007

\_\_\_\_\_  
Secretaria Legislativa  
Secretário

À Comissão de Constituição, Justiça e  
Redação para indicação do Relator

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2007.

\_\_\_\_\_  
Secretaria Legislativa  
Secretário

Designado como Relator o Deputado

LEONARDO GADELHA

Em 02/08/2007

[Signature]  
Deputado  
Presidente

Ambassadoramento Legislativo Técnico

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2007

\_\_\_\_\_  
Secretaria Legislativa  
Secretário

Apreciado pela Comissão  
No dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2007

Parecer \_\_\_\_\_  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/

\_\_\_\_\_  
Secretaria Legislativa

Aprovado em (\_\_\_\_\_) Turno

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2007.

\_\_\_\_\_  
Funcionário

No ato de sua entrada na Assessoria de  
Plenário a Presente Propositura consta  
( 23 ) Página (s) e (\_\_\_\_\_) Documento (s) em anexo.

Em 05/06/2007.

[Signature]  
Funcionário





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

**PROJETO DE LEI Nº 175/2007**



DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA  
ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DOS  
FILHOS E AMIGOS DE ALHANDRA -  
AFAAL, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

**AUTOR:** DEP. RODRIGO SOARES

**RELATOR:** SUBST. BRANCO MENDES

**P A R E C E R Nº 404/07**

**I - RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei Nº 175/2007**, de autoria do Dep. Rodrigo Soares, que "pretende declarar de Utilidade Pública a Associação dos Filhos e Amigos de Alhandra – AFAAL."

Instrução processual em termos. Tramitação na forma regimental.

É relatório.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



## **II - VOTO DO RELATOR**

A proposta Legislativa recomendada pelo Nobre Deputado Rodrigo Soares, tem como principal finalidade reconhecer a Associação dos Filhos e Amigos do Município de Alhandra-PB, como de Utilidade Pública, tendo como justificativa primordial que a indigitada Associação desenvolve atividades culturais, promove a assistência social, educação e, defende e conserva o meio ambiente.

Diante de tais considerações, de acordo com o art. 63, caput, da Constituição Estadual, opino pela constitucionalidade, juridicidade, e boa técnica do Projeto de Lei nº 175/2007, recomendando, por fim, por sua aprovação na forma original.

É o voto.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2007.

DEP. LEONARDO GADELHA  
RELATOR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



**III - PARECER DA COMISSÃO**

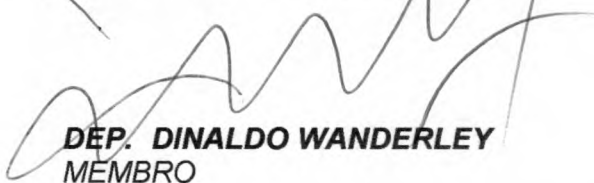
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
opina pela **DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE** do **Projeto de Lei**  
**Nº 175/2007**, nos termos do voto do Senhor Relator.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2007.

  
**DEP. ZENÓBIO TOSCANO**  
PRESIDENTE

**DEP. TROCOLLI JÚNIOR**  
VICE-PRESIDENTE

  
**DEP. DINALDO WANDERLEY**  
MEMBRO

**DEP. JEOVÁ CAMPOS**  
MEMBRO

  
**DEP. FABIANO LUCENA**  
MEMBRO

  
**DEP. LEONARDO GADELHA**  
RELATOR

  
**DEP. JOÃO HENRIQUE**  
MEMBRO

Apreciada Pela Comissão  
No Dia 18/12/07



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
*Casa de Eptácio Pessoa*


**Ofício nº 286/2007**

**João Pessoa, 18 de dezembro de 2007.**

**Senhor Governador,**

*Participo a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei nº 175/2007 de autoria do Deputado Rodrigo Soares, que “Reconhece de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Filhos e Amigos de Alhandra – AFAAL, localizada na cidade de Alhandra, neste Estado, e dá outras providências”.*

**Atenciosamente,**

  
**ARTHUR CUNHA LIMA**  
**Presidente**

*Ao Excelentíssimo Senhor*  
**Dr. CÁSSIO CUNHA LIMA**  
**GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**  
*“Palácio da Redenção”*  
**João Pessoa – PB**





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
*Casa de Epitácio Pessoa*

**AUTÓGRAFO Nº286/2007**

**PROJETO DE LEI Nº 175/2007**

**AUTORIA: DO DEPUTADO RODRIGO SOARES**

**Reconhece de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Filhos e Amigos de Alhandra – AFAAL, localizada na cidade de Alhandra, neste Estado e dá outras providências.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:**

**Art. 1º** Fica reconhecida de Utilidade Pública Estadual a **Associação dos Filhos e Amigos de Alhandra – AFAAL**, localizada na cidade de Alhandra, neste Estado.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, “**Casa de Epitácio Pessoa**”, João Pessoa, de dezembro de 2007.

  
**ARTHUR CUNHA LIMA**  
Presidente